

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

28.X.48

Desde que, com a ascensão do sr. Eurico Gaspar Dutra, se restaurou, no país, o governo eletivo, numerosas violências policiais se têm produzido impunemente na própria capital da República. A última conta deste rosário de crimes policiais foi a agressão sofrida, junto da estátua do marechal Floriano, por alguns manifestantes da campanha do petróleo, entre os quais se incluíam parlamentares e generais.

Que remédio haverá para estas reiteradas violências? Remédio, propriamente, não o há neste regime de integral irresponsabilidade. A imprensa independente verbera o atentado, a Câmara dos Deputados perde um dia de sessão em profligá-lo, prometem-se providências e abrem-se inquéritos, mas nem os inquéritos elucidam, nem as providências se tomam. Decorridas semanas ou, quando muito, meses, novo atentado se verifica.

Provém o mal da polícia, ou do governo? Creio eu que nem da polícia, nem do governo, sendo essencialmente do regime. Para comprová-lo basta relancear a vista ao Império, quadra em que se instituiu e funcionou o sistema parlamentar em nosso país. Raros, raríssimos eram os atentados policiais e sérias consequências acarretavam ao governo, quando se produziam. Um exemplo basta.

Achava-se no poder o gabinete Dantas, que tinha a extinção do cativo por um dos pontos essenciais do seu programa. Forte era a oposição que se fazia ao intento do governo, apurionada estava, por outro lado, a opinião pública contra os escravistas: deputados da oposição eram insultados e ameaçados pela plebe, que enchia as galerias e se aglomerava nas proximidades da Câmara, levantando vivas ao ministério e morras à oposição. Um deputado, que fora vaiado e ameaçado na rua, acusou a polícia de assalariar provocadores e postá-los em torno da Câmara. Em consequência, foi aprovada a seguinte moção, que determinou a queda do gabinete: "A Câmara dos Deputados, convencida de que o ministério não pode garantir a ordem e segurança pública, que é indispensável à discussão do projecto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança".

Note-se que não era acusada a polícia de nenhum dos brutais atentados ultimamente praticados, senão, simplesmente, de indiferença ante os distúrbios, ou de cumplicidade neles; e, não obstante, caiu o gabinete, por ser ele, e ninguém mais, o responsável pelas ações e omissões da polícia. Agora, porém, sendo irresponsável o governo, pratica a polícia verdadeiros crimes e neles reincide impunemente.

Essa é a diferença entre os dois regimes: no parlamentar, estabelece-se uma cadeia de responsabilidades, que vêm a recair, inevitavelmente, sobre o governo; no presidencial, cria-se um sistema de irresponsabilidade, que, partindo do governo, abrange o mais modesto dos seus agentes.

28.X.48